

Estados Unidos: geopolítica unilateralista e democracia ausente⁺

Adrián Sotelo Valencia^{*}

Resumo: A supremacia unilateralista dos Estados Unidos, no marco de uma crescente e iminente perda de hegemonia política e até certo ponto militar, acentua uma das características das relações internacionais e interestatais agudizada pela crise política e social interna no marco de um sistema oligárquico de “democracia indireta” em que o voto popular e cidadão desempenha papel secundário. Essa ausência de democracia, junto à política protecionista da administração Trump, submergiu esse país em um dilema num mundo multilateral e policêntrico.

Palavras-chave: Imperialismo. Proteccionismo. Unilateralismo. Democracia Ausente.

⁺Tradução de Pedro Martinez.

^{*}Sociólogo, mestre e doutor em Estudos Latino-Americanos pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociais da UNAM. É pesquisador do Centro de Estudos Latino-Americanos (CELA) da mesma faculdade.

Declínio geopolítico e estratégias estadunidenses

Desde suas origens, os Estados Unidos se autoproclamaram “excepcionais” (LIPSET, 2000; DRAITSER, 2013), praticando simultaneamente o unilateralismo nas relações internacionais com o objetivo de selar e reproduzir sua supremacia sobre outros países e potências que consideram “menores” em relação a seu poder econômico e militar. Durante os anos 1970, duas estratégias floresceram nos Estados Unidos com o objetivo de fornecer, a seu favor, meios e políticas para (tentar) combater seu crescente declínio hegemônico. Entre elas está a chamada “multipolaridade” promovida por Henry Kissinger sob o regime de Nixon-Ford (1969-1977) com o objetivo de restabelecer tal hegemonia. Segundo Marini (1995, p. 19), tal política, enquanto respondia a esse declínio (dos Estados Unidos) em relação a outras potências, captou a redistribuição do poder mundial em nível regional, que o autor corretamente chama de subimperialismo, composto de países como Brasil, Irã, Egito, África do Sul; ou, até mesmo Israel, que é uma espécie de protetorado dos Estados Unidos no Oriente Médio.¹

O outro lado da política imperialista (norte)americana² era conhecida como “trilateral” ou trilateralismo, consistindo em uma comissão representada por Zbigniew Brzezinski sob o regime do democrata James Carter (1977-1981) e caracterizada por três elementos, de acordo com Marini (p. 20): a) nega que a “redistribuição do poder” é inevitável, como diziam os multilateralistas; b) reafirma a existência de relações de “centro/periferia”; c) finalmente, considera como componentes do trilateralismo países imperialistas como Japão e Alemanha para enfrentar a “ameaça comunista, representada pela União Soviética”.

A chegada à Casa Branca do republicano Reagan que retoma a política de recuperação da hegemonia norte-americana e impõe a guerra de baixa intensidade, vai dar seus frutos com a destituição do governo sandinista na Nicarágua, marcando o fim desses dois lados e a proclamação do imperialismo unilateralista (MARINI, 1995, p.p. 20-21). Este é praticado até hoje pelas administrações Clinton, Bush, Obama e Trump, esta última sob a ineficaz e fracassada política protecionista e isolacionista do *slogan* implausível e distópico: “America First”, que reflete basicamente o isolacionismo trumpista e o abandono de tratados internacionais por essa potência mundial.

Em resposta ao artigo escrito por seu homólogo russo, Vladimir Putin (12 de setembro de 2013), que questiona a singularidade nacional dos Estados Unidos, o presidente Barack Obama a reafirmou em seu discurso perante a 68ª Assembleia Geral da ONU, apontando que “a América é excepcional, em parte porque demonstramos boa vontade, através do sacrifício de sangue e dinheiro, defendendo não apenas nossos próprios interesses, mas os interesses de todos”. O analista Draitser (2013) avaliou essa

¹ Para o tema da geopolítica, consultar Marini (1985). Para o tema do subimperialismo, do mesmo autor com Olga Pellicer de Brody (1967), e Marini, (1977). Para um tratamento do tema, ver Sotelo (2019b).

² Utilizo as palavras “norte-americano(a)” e “estadunidense” para superar um vício ideológico e anglo-saxão, que consiste em considerar “americanos” apenas os que possuem cidadania nos Estados Unidos da América e excluir os demais americanos, como haitianos, brasileiros, mexicanos ou bolivianos, entre outros.

citação de Obama e mostrou que, se a velha noção da excepcionalidade dos Estados Unidos tem raízes profundas na psique americana, agora o mundo está passando por uma mudança profunda na geopolítica global que põe em xeque a superioridade de Washington. Para esse analista, isso significa o desejo dos Estados Unidos de impor seu direito de dominar pela forma que lhe for mais conveniente, seja ela a política, a econômica, a ideológica ou a militar. Ele afirma que Obama usa essa retórica para colocar-se numa posição moral acima não apenas de outros países, mas também do direito internacional, das próprias instituições que a ONU representa, e de tudo o que aconteceu desde a Segunda Guerra Mundial.

Draitser conclui corretamente que toda a raiva de Obama contra a Rússia e Putin se deve ao fato de a Rússia não aceitar esse princípio e de estarmos passando por “uma mudança tectônica na geopolítica global”, pois países que há dez anos não ousariam questionar a noção de excepcionalidade e a capacidade dos Estados Unidos, bem como o direito de afirmar sua autoridade militar em todo o mundo, agora o fazem.

Também é significativo lembrar como o próprio ex-presidente James Carter (2015) definiu os Estados Unidos: “oligarquia com poder ilimitado para subornar”. E ele não estava errado, já que esta tem sido uma característica essencial do imperialismo (LENIN, 1961) e da política norte-americana aplicada tanto no nível das nações e das instituições, quanto no nível dos indivíduos dentro da estrutura de sua geopolítica global e de seus sistemas de dominação.

Imperialismo e sistema político norte-americano

As eleições presidenciais de 2020 nos Estados Unidos foram realizadas neste marco histórico e político em um contexto de profunda crise social, racial, econômica e de saúde que não tem paralelo na história moderna deste país. Ao mesmo tempo que se esgota o seu crescimento econômico prolongado de 128 meses, encerrado em 2019, com uma baixa taxa média de crescimento de 2,3%, de acordo com o Escritório de Análise Econômica do Departamento de Comércio (CEPAL, 2020, p. 2), os Estados Unidos estão passando por uma profunda crise de hegemonia³ no contexto do sistema de relações interestatais globais. Talvez pela primeira vez, China e Rússia poderiam se colocar como segunda potência mundial em médio prazo, no âmbito de um mundo cada vez mais policêntrico e multilateral, cuja existência os governantes dos EUA estão determinados a negar, apesar dos efeitos colaterais em suas relações comerciais, em seus sistemas produtivos e em ciência e tecnologia, particularmente no que diz respeito ao desenvolvimento cada vez mais dinâmico da inteligência artificial e das tecnologias informáticas baseadas em 5G desenvolvidas pela China, que se tornou um poderoso concorrente em nível internacional.

O capitalismo global passou por uma profunda mudança na qual os Estados Unidos, de locomotiva principal, passaram a compartilhar esse papel, o que é obscurecido pelo

³ Para o tema da crise de hegemonia, ver Martins (2011), especialmente o capítulo 4. O autor analisa o processo de hegemonia por meio de três teses inter-relacionadas: a primeira é a fase de expansão da hegemonia do Estado capitalista; a segunda corresponde à fase de crise e deterioração dessa hegemonia e, finalmente, a crise civilizatória na qual estaríamos hoje envolvidos.

impulso que lhes dá a economia mundial, especialmente pelo controle que exercem sobre os sistemas financeiro e monetário por meio do dólar, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, que influenciam de muitas maneiras o comportamento e as trajetórias dos bancos e da Bolsas de Valores em todo o mundo. Essa é uma das razões, entre outras, de os governantes norte-americanos não perceberem que seu país deixou de ser essa locomotiva visto que consideram que a sua posição nesses mercados (financeiro e monetário) ainda produz influência considerável. Entretanto, sua eficácia é cada vez menor, como demonstram os precários resultados de seu confronto comercial com a China e das “sanções”, na linguagem dos falcões, em verdade, retaliação e vingança, contra países como Irã, Venezuela, Nicarágua e outros que consideram inimigos, porque não se alinham com seus interesses estratégicos como imperialismo central.

A pandemia generalizada e mortal do coronavírus – que já causou mais de 1,4 milhão de mortes em todo o mundo entre janeiro e novembro de 2020 – instalou-se naquele país a ponto de causar milhões de infecções, mortes e outras doenças em decorrência do sistema ineficiente de previdência social privado, o que foi exacerbado pela crise sanitária e pelo desdém tanto de seu presidente negacionista como de seu gabinete em adotar medidas vigorosas e eficazes que permitissem, como na China, em Cuba e na Venezuela, superar grande parte de seus efeitos mortais.

Talvez pela primeira vez na história dos EUA, um vírus, causador da covid-19, tenha sido um dos fatores, se não o essencial, na derrota e no descrédito de um candidato à Presidência – no caso, o magnata da Casa Branca Donald Trump, o qual disputou sua reeleição com o democrata Joe Biden, cuja campanha se aproveitou, em seus argumentos, da inação sanitária da fracassada administração anterior.

Em meio a uma dança de números e cálculos em que não existem certezas absolutas, há consenso sobre a drástica queda do produto interno bruto da economia dos EUA e sobre o aumento brutal do desemprego. Mesmo que, segundo o Departamento do Trabalho, sejam criados novos empregos, persiste o problema de que, por serem temporários e de natureza precária e baixa renda, não resolvem os problemas trabalhistas, familiares, de saúde e sociais da maioria dos trabalhadores, especialmente os trabalhadores não documentados e imigrantes legais, que estão aumentando na população total atual de cerca de 331 milhões de habitantes.

Parte dessa situação de crise global de uma das maiores potências do mundo, reside no esgotamento do potencial de desenvolvimento técnico-científico do expansionismo militar imperialista para aumentar a produtividade do trabalho, observado nas últimas décadas, ao passo que anteriormente podia sustentar a competitividade, as taxas de acumulação de capital e o lucro na divisão internacional do trabalho (KENNEDY, 1989, 1995).

Há também o esgotamento e a crise de um sistema eleitoral obsoleto, desfigurado e desconectado das tendências mundiais, que, ao contrário, incluem sistemas eleitorais precisos e modernos que garantem a participação direta da população. Nos Estados Unidos, esta se encontra subordinada a um Colégio Eleitoral elitista e aristocrático composto de minorias privilegiadas, cujo critério de formação não possui paridade com o voto direto.

Segundo Robin, professor de Ciências Políticas no Brooklyn College, o constitucionalismo da direita conservadora estadunidense se baseia em três pilares: o Colégio

Eleitoral, o Senado e a Suprema Corte (ROBIN, 2020). No jogo desses três ramos do Estado, emerge o resultado das eleições presidenciais a cada quatro anos, no contexto do qual o que menos conta é o voto do cidadão, porque ele é indireto e canalizado por meio dos colégios eleitorais locais de cada estado, marcando um regionalismo dualista que é difícil de reconciliar com o federalismo, e, por vezes, entra em forte tensão com ele. No regime político oligárquico norte-americano a origem do Colégio Eleitoral (Electoral College) data da ratificação da Décima Segunda Emenda à Constituição (The Twelfth Amendment XII do ano 1804), que determina a composição de 538 membros da elite política daquele país, cuja maioria decide quem será eleito para “governar” uma população de mais de 331 milhões de habitantes em 2020. E, ainda assim, a “democracia” estadunidense se apresenta como “modelo” a ser aplicado no mundo inteiro!

Historicamente, o capitalismo imperialista tem construído coordenadas e parâmetros geopolíticos e estratégicos de suas ações globais e regionais. Isso garante a continuidade do sistema político imperialista, e também sua projeção no exterior, mantendo e reproduzindo essas instituições e a constituição política sem alterar sua essência. As coordenadas definem a localização e a posição nos diferentes pontos e espaços da Terra onde geralmente se estabelecem bases militares para guardar e reproduzir seus interesses. Atualmente, existem mais de oitocentas bases instaladas pelos Estados Unidos em nível global, nove das quais estão localizadas na Colômbia, para proteger os interesses imperialistas sob as diretrizes da chamada Doutrina Monroe. Os parâmetros são aqueles que orientam a ação imperialista em termos do cumprimento dos objetivos estratégicos estipulados nas coordenadas e nos interesses imperialistas.

Essa configuração institucional do College impede a instituição de uma democracia representativa de massas respaldada no regime de voto universal, direto e secreto, o que implicaria realizar uma profunda e radical reforma constitucional, muito difícil nas circunstâncias de um país em crise e em declínio de sua hegemonia internacional, mas cujo sistema político é completamente congruente com as práticas e os interesses das classes dirigentes norte-americanas, organizadas nos dois partidos tradicionais da classe dominante: o Democrata e o Republicano, que, em essência, são expressões de políticas imperialistas e pró-capitalistas. Politicamente, existe apenas um projeto dominante nos Estados Unidos: o projeto imperialista, com duas variantes: o Partido Democrata e o Partido Republicano⁴.

Se alguma coisa se destaca na recente corrida eleitoral é o regime profundamente oligárquico, típico do imperialismo, que tem prevalecido nesse país praticamente desde a sua constituição. O “voto popular” do cidadão desempenha papel secundário, pois, ao contrário do que ocorre em países como a Venezuela, tão criticado pela ideologia imperialista, o eleitorado vota indiretamente por meio de delegados, como foi o caso no Brasil após a ditadura, quando o Parlamento e o Colégio Eleitoral derrotaram um poderoso movimento popular e cidadão chamado Diretas Já, que postulava a eleição direta do primeiro Presidente da chamada “Nova República” (TOSI, 2003).

Na pseudodemocracia eleitoral dos Estados Unidos – exaltada por sua tecnoburocracia e seus intelectuais orgânicos – aquele que perder com o voto popular e cidadão

⁴ A este respeito, ver Domhoff (1982).

pode ganhar no Colégio por uma minoria que o designa, como foram os casos, neste século, de George W. Bush e de Donald Trump. George W. Bush ganhou a Presidência no Colégio Eleitoral com 271 votos eleitorais, em oposição aos 266 de Gore, durante as eleições federais de 2000, embora tenha obtido 543 895 votos populares a menos que o seu oponente. Apoiou-se ainda em fraude eleitoral na Flórida, governada por seu irmão, Jeb Bush, apesar das notórias evidências. Donald Trump obteve quase 3 milhões de votos a menos que Hillary Clinton em 2016, mas venceu com o apoio de 304 delegados. Derrotado, novamente, em 2020, dessa vez por 7 milhões de votos, Trump tentou apelar à Suprema Corte, usar pressões políticas sobre os estados e criar as condições propícias para uma insurreição neofascista, alegando, sem evidências, fraude eleitoral, para desqualificar o voto popular e retomar a maioria no Colégio Eleitoral.

Para ir além do desfecho dessa situação de crise política orgânica, o acima exposto desvela a verdadeira natureza autoritária do sistema político e eleitoral estadunidense. Os falcões de Washington exportam a violação à autodeterminação dos povos e à democracia e impõem a sangue e fogo a outros países quando convém a seus interesses de dominação imperialista. Isso é exemplificado pela recente história do século XXI na América Latina, expressa no golpe policial-militar e cívico perpetrado na Bolívia com o amplo apoio e conluio da OEA de Almagro, do chamado Grupo de Lima e dos representantes da União Europeia; e, nos golpes de Estado em Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016), perpetrados com o apoio e o estímulo de Washington, moldando, na América Latina, os chamados de golpes brandos, parlamentares ou judiciais. (SOTELO, 2019-c).

Nos Estados Unidos, a palavra “democracia” é um conceito vago. Ela projeta um eufemismo que esconde o verdadeiro caráter autoritário do regime político norte-americano que é propenso aos interesses das classes dominantes e do grande capital financeiro e industrial. Um imperialismo unilateral que dita suas próprias regras e as impõe a sangue e fogo a outros países (LIPSET, 2000). O governo Trump bloqueia e impõe “sanções” a países soberanos como Cuba, Nicarágua, Irã e Venezuela, ignora seus sistemas democráticos de eleição popular e atropela furiosamente os processos que garantem ampla participação popular nos assuntos desses Estados. Não admite observadores internacionais ou verificações externas independentes que validem os resultados dessas eleições. A “missão de observação” da OEA de Almagro, um fantoche norte-americano, limitou-se a legitimar as eleições estadunidenses, apesar das múltiplas violações cometidas por Trump à Constituição, ignorando o processo eleitoral ao chamá-lo de fraudulento no meio da contagem de votos, autoproclamando-se, ao estilo Guaidó (nomeado por Trump “presidente encarregado” da Venezuela), vencedor, e transmitindo constantemente tuítes falsos e ameaçadores.

Entendemos o representante da Presidência Imperial nos Estados Unidos, tanto quanto uma expressão concreta do imperialismo contemporâneo (SCHLESINGER, 1973; SAXE-FERNÁNDEZ, 2006), ou como uma simbiose entre as corporações e o Estado norte-americano, independentemente do partido ao qual pertença: republicano ou democrata⁵ o eleito pelo College of Electors, essencialmente não muda nem a

⁵ Muitos autores e organizações políticas consideram Bernie Sanders um ativista de “esquerda”, mas nós o colocamos na mesma perspectiva do Partido Democrata, embora com um viés um pouco mais de “esquerda” dentro dos parâmetros do liberalismo burguês norte-americano.

vocação nem as práticas imperialistas dos Estados Unidos: no máximo, imprime neles sua forma peculiar de governar e tomar decisões, mas dentro da estrutura imutável de suas políticas imperialistas em todo o mundo. Nesse contexto, deve-se vislumbrar as diferenças, por exemplo, entre Barack Obama e Donald Trump sobre várias questões como imigração, acordos de livre-comércio, intervencionismo estrangeiro, guerras, ou políticas internas em relação à saúde e à cidades-santuário, para mencionar alguns tópicos de interesse. Diferenças que, naturalmente, também são notadas entre Trump e Biden ao tratar assuntos como saúde, políticas de controle da pandemia que atinge a população, salários, políticas de emprego e imigração.

Deve ficar claro, entretanto, que o presidente dos Estados Unidos é um verdadeiro representante do imperialismo global que trabalha *ad hoc* para um sistema que começou a ser construído a partir da segunda metade do século XIX – o imperialismo como um sistema econômico, político e de dominação baseado no modo capitalista de produção de mercadorias, na propriedade privada da terra e dos meios de produção e na exploração da força de trabalho pelo capital – e cuja *raison d'être* é a expansão territorial, e a despossessão de povos e comunidades, de países e regiões inteiras. Quando este projeto é insuficiente ou dificultado pela democracia, não hesitam em recorrer ao uso da força e, em última instância, à guerra. Portanto, é completamente secundário se a Presidência Imperial é ocupada por Bush, Obama, Clinton, Trump ou Biden. No máximo, a única coisa que muda é “o estilo de governar”, mas dentro dessa ordem estrutural-institucional de interesses geopolíticos e militares que a predeterminam e cuja síntese é a expressão da unidade da direção militar e financeira dentro do bloco de poder imperialista dos Estados Unidos (SOTELO, 2019-b).

O rumo dos acontecimentos não é alterado em razão da personalidade que se eleja para a Presidência dos Estados Unidos. Ela é superdeterminada por essas coordenadas e parâmetros geopolíticos e estratégicos de sua ação no mundo, no espaço regional e global. É uma ilusão, para dizer o mínimo, pensar que a trajetória da história mundial mudaria dependendo da eleição de outro candidato que não Trump. Com Obama, Hillary ou Biden o comportamento imperialista dos Estados Unidos não muda, particularmente na América Latina: busca-se derrubar os governos nacionais-populares e progressistas e estabelecer relações de dominação e hegemonia com os demais.

Esquecer essa premissa é atribuir a fatores circunstanciais, secundários e subjetivos a dinâmica essencial das mudanças, como a escolha de um candidato, as formas de suas ações, suas boas ou más intenções pessoais em relação à tomada de decisões e até mesmo suas ameaças, na época, de cancelar um instrumento de dominação como o TLC e confiscar as remessas, como o Sr. Trump advertiu em várias ocasiões. É não entender que os fenômenos sociais e humanos fluem e se constituem como produtos globais historicamente determinados que articulam dialeticamente múltiplas relações que explicam sua natureza e sua dinâmica dentro de uma totalidade concreta. Esses fatos, insistimos, são típicos de um sistema imperialista, independentemente de quem o lidera. Por isso, forças anti-imperialistas e anticapitalistas nunca devem ter ilusões sobre um regime e seus representantes que respondem à dinâmica de dominação política, acumulação de capital e perpetuação da ordem capitalista existente em crise e declínio histórico. Isso leva a Sapir a considerar que a crise financeira de 1997-1998 é, em essência, um “momento importante da crise do ‘século americano” (SAPIR, 2008,

p. 91). Deve também ficar claro que o imperialismo não se reduz à ação de um país, e nem mesmo a um bloco, como a Otan; ou uma região, como a União Europeia do grande capital. Pode ser os Estados Unidos, a Alemanha, a França ou a Inglaterra, mas sobretudo, corresponde a um sistema global dentro da própria estrutura de funcionamento do modo de produção capitalista histórico. Na sua fase atual o caracterizamos como neoimperialista, integrand-o ao conceito original formulado criativamente por Lenin e outros autores marxistas, em que os novos fenômenos incorporados nas últimas décadas no mundo, tais como o capital fictício, o desenvolvimento extraordinário da tecnologia, a informatização de processos e produtos, a implantação da chamada globalização e a revolução industrial (4.0), e a simultaneidade das transações comerciais graças a sistemas interligados por meio de tecnologia informática e inteligência artificial. Nas palavras de FOSTER:

“A questão do ‘novo imperialismo’ se reduz à questão do neoliberalismo ou a qualquer encarnação de expropriação particularmente brutal”, uma redução que obviamente integra todos os fenômenos, instrumentos, políticas e instituições derivados do neoliberalismo contemporâneo (2005, p. 37).

Nesse contexto, independentemente do personagem que ocupa a Presidência Imperial, o executivo, por sua vez, deve se mover dentro do quadro rígido, inclusive superdeterminado na própria Constituição, que estabelece os parâmetros e as coordenadas de um sistema imperialista que, para se reproduzir, tem de fazê-lo necessariamente cumprindo as ações de mobilização de investimentos, apropriação de territórios, invasão de países, imposição de políticas de qualquer sinal (protecionista ou de livre-comércio ou sua combinação), reservando-se a qualquer momento o uso da força e, em última instância, a guerra, como tem acontecido recorrentemente na Síria (onde os Estados Unidos ocupam ilegalmente uma parte do território, assim como no Iraque e na Líbia).

Conclusão

Apesar da xenofobia, do racismo sistêmico, da segregação racial e da arrogância fascista do Presidente Trump e de seus falcões durante os quatro anos de sua administração fracassada – mas que são característicos do sistema social e político norte-americano –, o povo desse país foi forçado a votar nos democratas, motivado em grande parte pela crise econômica, pelo coronavírus, pelo desemprego estrutural maciço, pela pobreza e pela ausência de um projeto alternativo. Contudo, os Estados Unidos não deixarão de implementar suas práticas imperialistas em um quadro de crise estrutural e sistêmica, bem como no caso da perda de sua supremacia para um mundo multipolar e policêntrico em ascensão. Cada vez mais os Estados Unidos se veem ameaçados pela chegada de potências indubitáveis como a China, a Rússia, a Irã, a Índia, que o capital e as classes dirigentes norte-americanas veem como seus verdadeiros inimigos, sem mencionar as tentativas de impor à Nuestra América (José Martí) um macartismo anticomunista ressuscitado e a nefasta Doutrina Monroe que orienta sua política e sua estratégia nos últimos anos.

O curso dos problemas sociais, políticos, culturais, geoestratégicos e militares que envolvem as práticas do imperialismo em escala global, e em particular as dos Estados

Unidos, não depende de forma alguma da personalidade individual que assuma temporariamente o poder político da maior potência do globo (Estados Unidos) até agora. Pelo contrário, são as condições histórico-estruturais constituídas sob uma totalidade concreta que constituem uma unidade de múltiplas relações e determinações – lutas de classe, crises econômicas e políticas, calamidades naturais e desastres ambientais; implementação de políticas econômicas de um indicativo neoliberal sob os auspícios do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial; anexação de países e territórios, golpes de Estado, crise da democracia burguesa e outros intermináveis problemas cuja solução está longe de ser encontrada – aquelas que, em longo prazo, determinam a ação de seus governantes, a forma peculiar como é afetado ou não o curso de seu desenvolvimento e o podem modificar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEPAL. Informes COVID-19. Impacto del COVID-19 en la economía de los Estados Unidos y respuestas de política. *Naciones Unidas*, Santiago, agosto de 2020. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/45981/1/S2000541_es.pdf. Acesso em: 3 dez. 2020.
- DOMHOFF, William. *¿Quién gobierna Estados Unidos? México: Siglo XXI, 1982.*
- DRAITSER, Eric. *Experto: La “excepcionalidade” de EE.UU. no tiene nada que ver con su carácter moral. RT, 29 set. 2013. Disponível em: https://actualidad.rt.com/actualidad/view/107072-excepcionalismo-eeuu-obama-onu-putin.* Acesso em: 15 nov. 2020.
- FOSTER, John Bellamy. *El nuevo imperialismo*. Barcelona: El Viejo Topo, 2015.
- KENNEDY, Paul. *Auge y caída de las grandes potencias*. Barcelona: Plaza y Janés, 1989.
- KENNEDY, Paul. *Hacia el siglo XXI*. Barcelona: Plaza y Janés, 1995.
- LENIN, Vladimir Ilich. El imperialismo: fase superior del capitalismo. In: LENIN, Vladimir Ilich. *Obras Escogidas*. Moscú: Editorial Progreso, 1961. t. I. p. 689-798.
- LIPSET, Seymour Martin. *El excepcionalismo norteamericano: una espada de dos filos*. México: FCE, 2000.
- MARINI, Ruy Mauro; BRODY, Olga Pellicer. Militarismo y desnuclearización en América Latina; el caso de Brasil. In: *Foro Internacional*, México, n. 29, p. 17-41, jul.-set. 1967.
- MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. *Cuadernos Políticos*, México, Ediciones ERA, n. 12, abr.-jun. 1977.
- MARINI, Ruy Mauro. Geopolítica latino-americana. Arquivo Pessoal de Marini. Programa de Estudos de América Latina e Caribe – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1985a. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/066_geopolitica_latinoamericana.html. Acesso em: 10 nov. 2020.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución*. 12. Ed. México: Siglo XXI, 1985b.
- MARINI, Ruy Mauro. Introducción: la década de 1970 revisitada. In: MARINI, Ruy Mauro; MILLÁN, Margara (coord.). *La teoría social latino-americana: la centralidad del marxismo*. México: Ediciones El Caballito, 1995. v. 3. p. 17-41.
- MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- PUTIN: El ataque planeado contra Siria puede desencadenar una nueva ola de terrorismo. *RT, 12 set. 2013. Disponível em: https://actualidad.rt.com/actualidad/view/105471-putin-carta-ataque-siria-eeuu.* Acesso em: <completar>.
- ROBIN, Corey. El constitucionalismo faccioso de la derecha estadounidense. *Sin Permiso*, 25 out. 2020. Disponível em: <https://www.sinpermiso.info/textos/el-constitucionalismo-faccioso-de-la-derecha-estadounidense>. Acesso em: <completar>.
- SAPIR, Jacques. *El nuevo siglo XXI: del siglo americano al retorno de las naciones*. Madrid: El Viejo Topo, 2008.

SAXE-FERNÁNDEZ, John. *Terror e império: la hegemonía política e económica de Estados Unidos*. México: Debate, 2006.

SCHLESINGER, Arthur. *The Imperial Presidency*. New York: Houghton Mifflin, 1973.

SCHWARZ, Jon. Jimmy Carter: The U.S. is an “oligarchy whith unlimited political bribery”. *The Intercept*, 30 jul. 2015. Disponível em: <https://theintercept.com/2015/07/30/jimmy-carter-u-s-oligarchy-unlimited-political-bribery/>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SOTELO VALENCIA, Adrián. *Subimperialismo e dependência na América Latina: o pensamento de Ruy Mauro Marini*. São Paulo: Expressão Popular, 2019a.

SOTELO VALENCIA, Adrián. *Estados Unidos en un mundo en crisis: geopolítica de la precariedad y la superexplotación del trabajo*. México: Anthropos: Siglo XXI: CEIICH, 2019b.

SOTELO VALENCIA, Adrián. Estados Unidos y su titiritero en Venezuela. *Rebelión on line*, 5 fev. 2019c. Disponível em: <https://rebellion.org/estados-unidos-y-su-titirite-ro-en-venezuela/>.

RODRIGUES, Alberto Tosi. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

Abstract: The unilateralist supremacy of the United States, within the framework of a growing and imminent loss of political and to some extent military hegemony, marks one of the characteristics of international and inter-state relations aggravated by the internal political and social crisis within the framework of an oligarchic system of “indirect democracy” where the popular and citizen vote plays a secondary role. This absence of democracy, together with the protectionist policy of the Trump administration, has plunged this country into a dilemma in a multilateral and polycentric world.

Keywords: Imperialism. Protectionism. Unilateralism. Absent Democracy.

Resumen: La supremacía unilateralista de Estados Unidos, en el marco de una creciente e inminente pérdida de hegemonía política y hasta cierto punto militar, marca una de las características de las relaciones internacionales e interestatales, agravada por la crisis política y social interna en el marco de un sistema oligárquico de “democracia indirecta” donde el voto popular y ciudadano juega un papel secundario. Esta ausencia de democracia, junto con la política proteccionista de la administración Trump, ha sumergido a este país en un dilema en un mundo multilateral y policéntrico.

Palavras-clave: Imperialismo. Proteccionismo. Unilateralismo. Democracia Ausente.